

POSIÇÕES SOCIAIS E RESISTÊNCIA: UMA LEITURA DO CONTO “APELO”, DE DALTON TREVISAN

Ruan Fellipe Munhoz¹

Resumo: Nosso objetivo neste artigo é analisar o conto intitulado “Apelo”, publicado por Dalton Trevisan. Para tanto, dividimos este texto em três partes, buscando estabelecer uma linha de raciocínio que tem início com uma consideração sobre as interferências de aspectos sociais na escrita do autor baseada em Orlandi (2012) e Pêcheux (1988), passando pela reflexão sobre a hierarquização estabelecida entre os sexos fundamentada em Bonnici (2007), até chegar à questão da resistência apoiada em Ashcroft (2001). Essa base teórica permite pensar a questão da produção e recepção do texto literário, contestando os modelos usuais de representação da mulher na sociedade e alertando para a naturalidade com que os poderes hegemônicos são instituídos nas diversas esferas da sociedade.

Palavras-chave: Dalton Trevisan. Representação da mulher. Patriarcalismo. Resistência. Releitura.

SOCIAL POSITIONS AND RESISTANCE: A READING OF THE SHORT STORY “APELO”, BY DALTON TREVISAN

Abstract: Our goal in this paper is to analyze the short story entitled “Apelo”, published by Dalton Trevisan. Therefore, we divided the text in three parts, aiming to establish a line of reasoning that starts with a consideration about the social interferences on the author’s writing following Orlandi (2012) and Pêcheux (1988), passing through a reflection over the settled sex hierarchy based on Bonnici (2007), up to the issue of resistance according with Ashcroft (2001). This theoretical basis allows thinking about the production and reception of the literary text, contesting the usual representation models of women in society and alerting to how naturally hegemonic powers are instituted within the various spheres of society.

Keywords: Dalton Trevisan. Women’s representation. Patriarchalism. Resistance. Rereading.

¹ Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail ruan_munhoz@hotmail.com

Como introdução: o escritor é um homem do seu tempo

Frequentemente, entramos em contato e avaliamos a sociedade através dos temas dispostos nos textos literários. As situações vividas pelos personagens e descritas na literatura colaboram para que possamos realizar uma leitura de como a humanidade se desenvolveu em determinado momento da história, verificando as formas de poder que moldam as ações humanas. Nesse contexto, precisamos pensar o literário como o fruto de uma sociedade, como reflexo de suas relações socioculturais e como um produto desenvolvido pela relação de um sujeito com o mundo em que ele habita.

A esse respeito, Orlandi (2012) discute que as condições de produção precisam ser pensadas no contexto imediato da enunciação e também avaliadas pelo contexto sócio-histórico e ideológico em que o enunciador se insere. Em consonância, apresenta a memória do dizer, a qual nomeia de interdiscurso, ou seja, os aspectos exteriores que fazem parte do discurso. Esse interdiscurso tem caráter de lembrança e também de apagamento, ou seja, alguns sentidos ficam esquecidos ou apagados, sem que o sujeito tenha acesso a eles. Em outras palavras e em síntese, podemos dizer que a memória é afetada pelo tempo e pelas mudanças naturais sofridas pelos sujeitos na ordem da identidade social. Esses apagamentos são chamados por Pêcheux (1988) de “esquecimento” e classificados em duas ordens distintas e dependentes uma da outra.

Em relação ao primeiro tipo de esquecimento, que também é denominado de ideológico, Pêcheux (1988) afirma que o sujeito não pode ser excluído da formação discursiva que o domina. Essa ideia nos remete, por uma analogia, ao recalque inconsciente, ou seja, a esse exterior que, na medida em que nos atinge, determina a formação discursiva em

questão. Portanto, não podemos ter a ilusão de que somos os primeiros a dizer algo sobre determinado tema, pois retomamos sentidos pré-existentes, mesmo que inconscientemente.

Sobre o segundo esquecimento, Pêcheux explica que o sujeito privilegia algumas formas e seqüências discursivas em detrimento de outras:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia formulá-lo na formação discursiva considerada (PÊCHEUX, 1988, p. 173).

Neste sentido, o sujeito tem a ilusão da realidade do pensamento, a ilusão de que aquilo é dito surge no momento do dizer e de que esse dizer configura o pensamento do sujeito ao se comunicar, apagando as filiações de sentido que sustentam o que se diz. Assim, acredita-se no efeito de unicidade na formulação do dizer, ou seja, como se o sujeito não pudesse dizer outra coisa e de outras maneiras.

É preciso indicar que todos os sentidos já foram expressos por alguém, em algum lugar, em outros momentos e isso reverbera nos discursos. Não podemos dizer que as palavras e pensamentos são propriedades particulares, mas que ganham significado de acordo com o contexto em que são produzidos, provocando uma série de possibilidades de significação: uma única mensagem pode ser interpretada de formas diferentes de acordo com o momento e o lugar que o interlocutor ocupa no mundo.

Essas condições de produção indicam que o autor escreve sobre aquilo que condiz com a sua realidade histórica e que a sua naturalidade pode ser questionada no momento de recepção, pois ela se dá em outro momento e por pessoas com outros traços identitários. Além disso, acreditamos que tudo o que é produzido não é completamente

inovador, mas algo observável na sociedade em que o autor vive, entendendo que ele pode retratar ou questionar uma realidade da época.

Para não restar dúvidas, afirmamos com bastante veemência que narrador e autor são duas entidades que não podem ser confundidas em uma narrativa. Porém, o narrador é uma figura imaginada por um sujeito social que coloca em sua criação marcas da sua própria identidade. Assim, da mesma maneira que o narrador existe no autor, também o autor existe no narrador, seja como uma espécie de autorrepresentação ou na produção de uma imagem que em tudo se afasta dele. Nas duas situações, o próprio autor é a referência para a criação do narrador.

Entendemos, em último caso, que “Toda a obra pertence, em princípio, a um autor. É ele, em primeiro lugar, quem *dá a cara*. Assume a palavra, a autoria, o relato. Identifica-se com o narrador, mas é mais do que isso” (TACCA, 1983, p. 36). Portanto, o narrador, apesar de ser imaginado por um autor, ganha vida própria em um texto literário, sem que o contexto em que foi produzido seja totalmente apagado.

Por essa perspectiva, mergulhamos na ideia do entrecruzar das identidades dessas duas figuras para compreender que o autor atende às normas sociais e história de uma época e passa naturalmente as suas marcas pessoais e identitárias para a sua criação. A partir dessa reflexão sobre a produção, podemos fazer uma leitura do texto escolhido para análise neste artigo, procurando, sobretudo, selecionar alguns elementos dessa interferência externa na representação da mulher na história.

Hierarquização de gênero e imposições de poder

Dalton Trevisan é reconhecido pela produção de narrativas curtas, revelando-se um exímio contista, tendo dedicado quase toda sua vida à

busca frenética pela perfeição dessa forma literária. No conto, apresentado como central neste artigo, vemos que o autor apresenta a mulher veiculada ao espaço privado e detentora de obrigações domésticas, sendo que essas características são definidas como próprias para elas e designam a sua importância dentro da sociedade patriarcal. Por sua vez, o personagem masculino da narrativa se coloca como um ser contemplativo e dependente das ações da mulher na casa. Esses pontos evidenciam as relações desiguais entre os gêneros expressadas na submissão da mulher e no machismo do homem.

Para ilustrar as questões levantadas anteriormente e como uma estratégia didática, decidimos reproduzir abaixo o conto na sua integralidade. É necessário enfatizar ainda que as questões de gênero presentes e ressaltadas por nós se apresentam como naturais, pois assim também são vistas na sociedade em que ele foi produzido.

Amanhã faz um mês que a Senhora está longe de casa. Primeiros dias, para dizer a verdade, não senti falta, bom chegar tarde, esquecido na conversa de esquina. Não foi ausência por uma semana: o batom ainda no lenço, o prato na mesa por engano, a imagem de relance no espelho.

Com os dias, Senhora, o leite primeira vez coalhou. A notícia de sua perda veio aos poucos: a pilha de jornais ali no chão, ninguém os guardou debaixo da escada. Toda a casa era um corredor deserto, até o canário ficou mudo. Não dar parte de fraco, ah, Senhora, fui beber com os amigos. Uma hora da noite eles se iam. Ficava só, sem o perdão de sua presença, última luz na varanda, a todas as aflições do dia.

Sentia falta da pequena briga pelo sal no tomate — meu jeito de querer bem. Acaso é saudade, Senhora? Às suas violetas, na janela, não lhes poupei água e elas murcham. Não tenho botão na camisa. Calço a meia furada. Que fim levou o saca-rolha? Nenhum de nós sabe, sem a Senhora, conversar com os outros: bocas raivosas mastigando. Venha para casa, Senhora, por favor (TREVISAN, 1968, apud BOSI, 1978, p. 190).

A primeira característica a ser analisada é o espaço no qual a história acontece. De acordo com Bachelard (1978), qualquer espaço verdadeiramente habitado carrega consigo a essência da noção de casa e, geralmente, é lido como um símbolo de proteção, pois mantém, seja como instituição física ou metaforizada, o ser humano protegido dos perigos externos, abriga os seus sonhos e configura-se em um instrumento de estabilidade no mundo. A casa é também o primeiro universo do ser humano, pois abriga pessoas e sonhos e protege o sonhador:

A casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela, o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano (BACHELARD, 1978, p. 201).

Por sua vez, de acordo com Chevalier e Gheerbrant (1986), a casa é um microcosmo comparado à cidade e ao templo. Ela também é interpretada como um símbolo do feminino, pois representa o refúgio, a figura materna, a proteção. O seu exterior é uma máscara que apresenta a aparência do ser humano, enquanto o interior representa os instintos e o inconsciente. É preciso enfatizar que, mesmo que esteja muitas vezes vinculada ao ambiente onírico, a casa nunca perde seu caráter objetivo.

A casa no conto é o lugar por excelência da mulher. É ela quem limpa, cozinha, cuida das roupas e dos seres humanos que habitam o espaço. Além disso, observamos que a consciência de perda do narrador masculino surge aos poucos, quando ele percebe as mudanças na constituição doméstica. Vários sinais evidenciam a falta, porém fica explícito que essa ausência não se dá no sentido amoroso, mas, sim, dos sinais de subserviência da mulher, dos seus trabalhos na organização da casa e na dedicação para com a família. Inicialmente percebemos que o homem explora a sua liberdade

saindo para beber com os amigos, voltando tarde para casa, porém, com o tempo, ficam visíveis as transformações do ambiente pela desordem. Isso nos remete novamente à hierarquização violenta da sociedade patriarcal em que estamos inseridos:

Embora a opressão feminina se dê por vários meios, a crise de identidade no sujeito feminino acontece quando esta é hierarquizada ou até destruída por uma denigração cultural, ou seja, a opressão consciente ou inconsciente da personalidade por um modelo supostamente superior (o patriarcalismo) (BONNICI, 2007, p. 194).

Nesse sentido, devemos nos recordar que um dos principais objetivos das lutas feministas é a reflexão sobre a dominação masculina que propiciam a divisão social e de trabalho, visando desconstruir essa oposição entre homem e mulher, a natureza e a cultura, o privado e o público, o ambiente interno e o externo. Por esse princípio, a mulher está sempre ligada a casa e ao processo de reprodução, enquanto o homem se apresenta como ser social e político.

Importante destacar que, no âmbito das teorias feministas, é consenso diagnosticar o patriarcalismo como uma forma violenta de controle e repressão da mulher pela sociedade masculina, desenvolvida historicamente e disseminada pelas instituições que legitimam a ideologia de que o homem está no centro e no ponto mais alto da pirâmide social. Essa norma social promove a reeducação impositiva das mulheres, fazendo com que elas absorvam o estereótipo da hierarquização de gênero.

Após a rápida análise do espaço narrativo, mas ainda no âmbito da reprodução de ideologias hegemônicas, é significativo considerar o ponto de vista pelo qual temos contato com a história, pois percebemos que o foco narrativo não é apenas uma questão estrutural do texto literário, visto que por meio dele temos contato com as particularidades altamente importantes para a compreensão da obra.

Sendo o narrador de “Apelo” também personagem da história, podemos entendê-lo como uma testemunha dos fatos narrados, posição expressiva que nos permite ter contato com a personalidade do narrador, dando ao enredo o caráter de verdade, ou seja, tornando-o mais verossímil aos leitores e causando uma maior aproximação dos temas tratados ficcionalmente com a realidade do interlocutor.

É sabido que o narrador não é a transfiguração do autor, mesmo sendo ele um produto da sua subjetividade, nem tampouco um simples personagem. É sua função oferecer na narrativa a ilusão de uma realidade perfeita, técnica que permite causar no leitor um sentimento de confusão: um querer acreditar em todas as informações transmitidas, mas, ao mesmo tempo, desconfiar do ponto de vista apresentado:

Aquele que conta (aquele que traz *informação* sobre a história que se narra) é sempre o *narrador*. A sua função é informar. Não lhe é permitida a falsidade, nem a dúvida, nem a interrogação nesta informação. Apenas varia (apenas lhe é concedida) a *quantidade* de informação (TACCA, 1983, p. 64).

Pela voz do narrador protagonista conhecemos os sentimentos, sensações, pensamentos desse homem que apresenta como solitário e carente do trabalho da mulher. Somos levados a ter contato com a história por meio dos seus olhos, excluindo todos os outros seres envolvidos nessa ação, especialmente, nesse caso específico, a Senhora que divide a cena com o narrador. Então, estamos diante de uma narrativa que apresenta uma realidade falocêntrica, uma vez que somente o homem apresenta sua visão do mundo. Portanto, esse texto pode ser interpretado “em termos falocêntricos quando, empregando várias maneiras extremamente sutis e simbólicas, o falo é equacionado com o poder, a autoridade, a presença e a posse” (BONNICI, 2007, p. 83).

Em conseguinte, também podemos pensar na questão da palavra, uma vez que, ao buscar significado no texto literário, tentamos decifrar o que o autor quis dizer e, principalmente, o que conseguiu expressar. Com isso, percebemos que a palavra está centrada no homem. Dessa forma, “o logocentrismo caracteriza-se pela estrutura hierárquica e fixa que a cultura ocidental sempre deu à linguagem” (BONNICI, 2007, p. 173), evidenciando que nessa hierarquia de poder “O lado vitorioso sempre é o masculino, o qual possui exclusivamente a verdade” (BONNICI, 2007, p. 174).

A relação entre o falocentrismo e o logocentrismo dá origem ao falogocentrismo, evidenciando um sistema “que privilegia o falo como o principal marcador da diferença sexual e como a garantia de verdade e do significado fixo da linguagem. É a dominação pela lógica do falo” (BONNICI, 2007, p. 83).

Esse tipo de texto implica a forte participação do leitor que se vê obrigado a completar as informações não presentes na narrativa com a sua imaginação e experiência. Nesse contexto, conhecemos a Senhora pela falta: pela sua não presença no espaço, pelo sentimento do narrador e pelo seu silêncio. A esse respeito, Orlandi (2007) assevera que o silêncio é constituinte da palavra e base do ato comunicacional. Por esse viés, entendemos que muitas informações importantes não são explícitas, mas compreendidas pelas lacunas no texto:

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito” (ORLANDI, 2007, p. 11).

Devemos, por essa perspectiva, considerar o silêncio como constituinte aos processos de significação, pois todos os textos estão recheados de sentidos não verbalizados, silenciados. Mesmo desconhecendo as origens de sentido, podemos compreender o silêncio no seu contexto. Dessa forma, os silêncios se juntam às palavras em qualquer situação comunicacional e os seus significados são percebidos porque o sujeito está atravessado por várias ideologias.

O indivíduo é interpelado inconscientemente por ideologias, o que produz efeitos de sentidos diferenciados e até contraditórios. Não podemos nos esquecer de que todos nós estamos vinculados a uma determinada formação ideológica; portanto, o indivíduo é sempre sujeito dentro da formação social em que está inserido. Ressaltamos, ainda, que somos interpelados por ideologias dominantes universais e ideologias regionais. Estas podem mudar de acordo com os valores sociais e históricos, o que causa efeitos de sentidos distintos de acordo com as posições ideológicas as quais os sujeitos se identificam e é o que levará à formação discursiva.

Orlandi (2012, p. 43) afirma que “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. A autora supracitada ressalta ainda que o sentido é determinado pelas posições colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Sendo assim, os sentidos são alterados de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam.

Por meio da ideologia o sujeito se constitui e significa tudo o que existe, ou seja, por meio dela podemos estabelecer relação palavra-coisa e é isso que também torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. É como se os sujeitos, para existir como seres na sociedade, tivessem de dispor de certa representação do

mundo, assim todas as atividades, tais como religiosas, econômicas e políticas, fossem investidas e sustentadas por uma adesão, consciente ou não, a esse conjunto de representações ideológicas.

Uma das instituições que funcionam como mecanismo de disseminação de discursos hegemônicos é justamente a literatura, objeto de trabalho neste artigo, uma vez que o cânone artístico é formado fundamentalmente por homens, sendo eles os portadores da voz e do olhar sobre o mundo. Por esse motivo, podemos observar a exclusão das vozes femininas nos registros linguísticos e literários, atitude que evidencia as restrições culturais impostas pela sociedade em determinado momento histórico e por determinações puramente políticas. No conto analisado, percebemos que ao tomar a palavra como própria de sua classe, o homem-narrador-protagonista tira da mulher o direito de expressar os seus sentimentos, sensações, emoções e pensamentos.

Então, produções literárias também são atravessadas por uma ideologia patriarcal e heteronormativa, desenvolvida como estratégia para perpetuar a hierarquização social. Além disso, essa política se apresenta como norma para a sociedade, atingindo todos os seres humanos e oprimindo aqueles que se encontram em patamares inferiores de acordo com essa hierarquia. Importante enfatizar que entendemos o patriarcalismo “como o controle e a repressão da mulher pela sociedade masculina e parece constituir a forma histórica mais importante da divisão e opressão social” (BEAUVOIR, 1980, p 198). Essa opressão de gênero é o problema mais visível desse sistema de poder, porém apresenta também outros tipos de violências decorrentes dessa questão, especialmente as raciais, sexuais e de classe.

Esse fenômeno não é novo, podemos perceber em uma análise histórica simples que desde o colonialismo, servindo aos interesses econômicos da Europa, “a ideologia da superioridade branca,

cristã e patriarcal justificou a negação dos direitos civis e da autodeterminação de povos inteiros, especialmente das mulheres nativas” (BONNICI, 2007, p. 43). Esse costume foi transmitido como regra aos povos colonizados e a prática foi colocada em vigor nas terras invadidas.

No entanto, valorizando a definição de subalterno de Spivak, compreendemos que o sexo feminino é duplamente excluído de representação política, mercadológica e legal. A pesquisadora enfatiza a situação de marginalidade imposta a esse grupo social, uma vez que a “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir” (SPIVAK, 2010, p. 15).

A estratégia do patriarcalismo em subjugar as mulheres deve ser observada como um ato que está presente na divisão sexual dos trabalhos e que considera os conceitos tradicionais de feminilidade e masculinidade:

A divisão de trabalho representa o homem como um ser ativo, autoritário, conhecedor do funcionamento de produtos, consciente de suas obrigações, realizador de tarefas importantes e de certa consequência, enquanto mostra a mulher fazendo tarefas secundárias, triviais e ligadas à domesticidade (BONNICI, 2007, p. 64).

Essa é a principal ocorrência da ideologia patriarcal e a dominação masculina na sociedade. Os conceitos de público e privado sintetizam substancialmente essa questão porque inserem o homem no primeiro grupo, legitimando o papel político e do trabalho, enquanto às mulheres cabe o espaço doméstico. Dessa forma,

A separação das esferas cria a mitologização da mulher e de seu trabalho como parturiente e educadora dos filhos, legitima sua dependência econômica e limita suas atividades políticas. A mesma distinção é responsável por certas aberrações, como a falta de prestígio do trabalho feminino, seu baixo salário ou até ausência de salário, sua invisibilidade (BONNICI, 2007, p. 78).

A consequência drástica da divisão de trabalho pelo sexo relegou a mulher ao âmbito doméstico, ao desprestígio social e à invisibilidade. As mulheres submetidas ao lar e aos filhos não são valorizadas como sujeitos produtivos, mas como objetos voltados ao biológico e submetidos às necessidades do homem. Essa invisibilidade promove todos os tipos de desigualdade, segregação e discriminação.

A transformação do *outro* feminino em um grupo fora dos padrões estabelecidos e reconhecidos como norma faz com que esse grupo seja objetificado. Nesse sistema, as sociedades reprimidas não se relacionam com o *Outro* na base da reciprocidade, mas, sim, de acordo com uma estrutura desigual, hierarquizada, de maneira que os membros do patriarcado são aceitos como sujeitos, enquanto as mulheres são reduzidas a seres coisificados.

Para essa casa eu não volto mais: resistência

O espaço doméstico como próprio das mulheres é um lugar que garante ao ser humano a imobilidade, questão que se torna bastante evidente no conto analisado. Mas engana-se quem pensa que essa imobilidade é total. É na casa que o ser garante a expansão de perspectiva, pelas janelas o sonho se concretiza, o espaço exterior é o objetivo do sujeito, garantindo “a intensidade de um ser que se revela numa vasta perspectiva de imensidão íntima” (BACHELARD, 1978, p. 322).

É verdade que, ao estar presa em uma casa, a mulher não tem a oportunidade de estabelecer contatos sociais, porém essa violação de direito não a torna totalmente passiva. É bastante significativo o fato de a Senhora ser descrita como a “última luz na varanda”, justamente porque esse espaço “representa a ambivalência da exterioridade cultural ou do intersticial: é a divisa entre a casa (com a permanência, solidez e tradição) e o exterior

(limitado pelo horizonte) (BONNICI, 2005, p. 68). O sujeito, nesse espaço, se encontra em uma zona de fronteira, entre a prisão simbolizada pela casa e a liberdade da rua. Dessa forma, a simples contemplação leva ao enriquecimento do espaço interno e à possibilidade de transgredir. Transgressão que, no caso da personagem de Trevisan, é um fato consumado.

Mesmo depois de o narrador ter invocado auxílio, a proteção, o cuidado, reclamado atenção, não temos a informação de que a mulher volta para aquele que um dia foi o seu lar. Para não correr o risco de interpretações errôneas, podemos afirmar que a Senhora já não se encontra no interior da casa. Esse fato é bastante significativo se considerarmos a estabilidade feminina que é a marca da sociedade patriarcal.

Não sabemos exatamente quem é a Senhora e qual a sua relação com o homem-narrador, porém interpretamos a sua decisão de sair da casa como um ato de extrema resistência, visto que ela conseguiu romper com as imposições sociais e de gênero. Para tanto, necessitamos, novamente, considerar os silêncios que constituem um texto para chegar a essas conclusões: pela falta de informação, pelas lacunas na história, podemos compreender que a mulher precisou se afastar da dominação imposta pelo homem e resgatar sua subjetividade para se reconstruir como sujeito.

Quando falamos de resistência, utilizamos a definição de Ashcroft (2001), que entende esse fenômeno como qualquer tipo de oposição política que vise à desconstrução das diversas expressões de poder hegemônico, buscando reverter a situação do sujeito colocado em condição de subalternidade, auxiliando que ele resgate sua subjetividade e reconstrua sua identidade. No caso específico do conto aqui analisado, entendemos que a mulher, ao se distanciar de casa, rompeu com as imposições impostas ao seu gênero e buscou sua liberdade em outro espaço.

A atitude da protagonista do conto não é violenta, como podemos pensar ser necessária para romper hierarquias sociais, ela não se dá por meio da luta física, porém é bastante efetiva. Essa oposição ao poder dominante realizada de forma sutil e subjetiva por um grupo subalternizado pode ser denominada de resistência pacífica (ASHCROFT, 2001) e ocorre porque dificilmente uma mulher com as características da personagem do conto consegue enfrentar o opositor de forma mais direta.

Resta-nos ainda enfatizar que resistir não é apenas se colocar como oposição ao poder hegemônico, mas, sobretudo, conscientizar-se como sujeito detentor de direitos sociais e civis. Essa consciência possibilita a aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva necessária para superar a dependência social e dominação política.

Inverte-se o olhar: a política da leitura

A literatura pode ser lida como um produto atravessado por poderes hegemônicos. Todo discurso ideológico de ordem opressora que atinge as mulheres ganha força nas diversas instituições que objetivam conservar e reproduzir essa prática abusiva para a sociedade. A linguagem proporciona a subjetividade ao permitir a comunicação e também constrói realidades subjetivas. A partir desses pressupostos, podemos inferir que a prática de significação segue modelos instituídos socialmente, modelos esses que são determinados pela produção na língua.

Se toda produção linguística é perpassada por ideologias compartilhadas por um grupo e produzidas em um determinado contexto, também a leitura é produzida historicamente. No caso do conto de Trevisan, ressaltamos a nossa posição desconstrutivista; ou seja, buscamos demonstrar as percepções advindas pelo contato com o

texto, questionando a sua origem social e cultural. Nesse contexto, de acordo com Bonnici (2012), compreendemos é possível revelar as implicações imperialistas e colonizadoras pela leitura do texto literário, fazendo emergir aspectos coloniais não transparentes, mas percebidos pelos silêncios no texto.

Em muitos casos o silenciamento da população subalternizada é tão abrangente que fica a convicção de que essas pessoas foram realmente excluídas da sociedade. Por esse motivo, não é possível ler um conto de meados do século passado sem considerar os aspectos sociais que interferiram nas suas representações. Pela releitura pós-colonial, fica bastante evidente que a personagem feminina apresentada no conto analisado não tem voz e a sua visão de mundo não chega até nós e isso se configura como uma estratégia para a manutenção do poder hegemônico. Em outras palavras, os diversos tipos e níveis de censura da mulher podem ser explicados como manifestação de ideologias que visam à expansão, consolidação e manutenção do patriarcalismo.

Essas práticas de censura são inscritas na língua e nela também podemos contestá-las. A língua é um fato social e os significados variam de um discurso para o outro, dependendo do interlocutor. As lutas dos movimentos feministas remontam mais de duzentos anos, sendo o seu início marcado didaticamente pela luta das mulheres pela igualdade de direitos e deveres promovida durante a Revolução Francesa. Porém, em sentido mais amplo, as mulheres sempre lutaram contra a dominação do patriarcado, reivindicando para si condições melhores da vida, utilizando-se da linguagem e do corpo como formas de resistência ao poder instituído.

Refletindo com mais afinco a natureza do discurso, podemos concluir que ele sempre tem uma gênese social. Nesse sentido, o interlocutor tem função crucial no processo de significação,

construindo suas identidades no contato com o *outro*, se conhecendo através desse contato e também interpretando o mundo e as pessoas que o cercam. Isso quer dizer que construímos nossa identidade pelo contato e analisamos o mundo também através dessa construção social. Todo esse processo é arquitetado por meio da linguagem, pois é por meio dela que agimos no mundo.

De acordo com Moita Lopes (2006, p. 30), todos os “participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares”. Nesse sentido, acreditamos que alteridade e contexto são elementos necessários para compreender o processo de significação.

O discurso como uma construção da sociedade se desenvolve como uma maneira de agir no mundo, impondo modos de vidas e construindo realidades sociais aos outros e a si mesmo. Investir o discurso por esse viés é justamente refletir como os indivíduos envolvidos utilizam a linguagem na convivência social. Sendo assim, entendemos que a interação é a base para a produção de significados, as vozes do *eu* e as voz do *outro* são essenciais para entender como o discurso é moldado e como ele molda a vida das pessoas.

Por sua vez, o contexto pode ser definido como um traço imaterial, uma produção própria dos participantes da comunicação para compreender as marcas de contextualização necessárias para indicar um enunciado particular. As circunstâncias que moldam as atividades discursivas propiciam a compreensão de que todas as ações são condições sociais e históricas particulares, questões que refletem projetos políticos que interferem nas relações sociais e evidenciam a instituição do poder.

É sabido que não existe liberdade plena para expressar aquilo que desejamos, uma vez que somos interpelados constantemente por fatores que censuram a nossa fala e estabelecem uma política do

dizer que se instaura na sociedade para estabelecer regras e, novamente, impor limites necessários para a manutenção e perpetuação do poder hegemônico que não respeita de todo as identidades sociais que coexistem em um mesmo espaço.

Dentro desse panorama entendemos a necessidade de se levantar questões relativas à identidade para (re)pensar as estruturas de poder e apresentar uma proposta de discussão que aborde diferentes disciplinas, buscando o engajamento dos sujeitos sociais na leitura e na reflexão das questões de gênero, para, assim, repensar as estruturas sociais e deixar de representar os seres humanos como se estivessem em um vácuo social, promovendo a empatia a uma possível transformação na realidade dos sujeitos inseridos nesse processo.

Algumas considerações

É certo que a sociedade não existe sem ideologia, que essa é uma prática natural e que subjaz as ações sociais. Porém, é possível repensar o discurso predominante, uma ideologia específica, para produzir novos discursos que busquem maior coerência ao atingir o público. Tendo isso em vista, iniciamos nosso percurso neste artigo por uma reflexão sobre os limites entre a figura do autor e do narrador, entendendo que toda produção cultural segue as normas de determinado momento histórico, seja para corroborá-las ou para negá-las.

Compreendendo os aspectos sociais e culturais que envolvem a produção de uma obra literária, passamos por uma breve análise do espaço e do narrador do conto escolhido, para avaliar a posição do homem e da mulher na sociedade patriarcal e pensar na forma como a representação da mulher sofre interferência das ideologias hegemônicas, instituídas para reforçar a hierarquização social e perpetuar a divisão de trabalho entre os gêneros.

De modo sintético, conhecemos a personagem feminina pelos olhos do homem e do silêncio imposto sobre ela. Assim, além da representação tradicional da mulher como pertencente ao espaço doméstico, também a avaliamos pelas informações implícitas no texto, evidenciando a sua força em romper com barreiras de gênero, uma vez que ela se desvincula do espaço caseiro.

A proposta deste trabalho é olhar de forma ampla para um texto literário, avaliando os aspectos formais e sociais que constituem uma obra, baseando-nos em teorias que proporcionam a reflexão crítica da sociedade e das suas produções artísticas. Nesse caso específico, acreditamos que a discussão ajuda a repensar os diversos níveis de violência sofridos pelas mulheres brasileiras, reflexão importante que ameaça os poderes hegemônicos, inclusive no interior das artes. Assim, percebemos que mesmo uma obra literária produzida e consagrada pela crítica especializada serve como meio de investigações sociais e políticas.

Sem dúvida há muitas perguntas que ainda não foram respondidas quando o assunto são as interferências extralinguísticas na produção literária e nas questões ligadas a gênero, classe e sexualidade. Porém, acreditamos na emergência dessas discussões, tanto no espaço acadêmico quanto nos demais espaços de interação. Para tanto, precisamos pensar que essas reflexões dependem de pelo menos dois fatores importantes: (1) a conscientização da importância desses temas para o desenvolvimento pessoal e coletivo e (2) a atitude de iniciar um trabalho prático no nosso ambiente para que os debates sejam frutíferos.

A literatura precisa ser instrumento de reflexão, devendo causar no leitor sentimento de pertencimento ou de afastamento, de concordância ou de rechaço. É preciso que um indivíduo consiga extrapolar os limites do seu gênero, da sua classe social, da sua raça, da sua posição no mundo, para se aproximar da realidade do *outro*, mesmo que ele seja

diferente em todos os aspectos. Este artigo, escrito por um homem, pode ser discutível por muitas questões, porém representa a desestabilização de um sujeito que se permite sair da sua zona de conforto para estabelecer leituras de uma realidade da qual não se encaixa por completo.

Referências

ASHCROFT, Bill. **Resistance**. In: ASHCROFT, B. **Post-Colonial transformation**. London: Routledge, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antônio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo: Abril Culturas, 1978.

BONNICI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: Eduem, 2007.

BONNICI, T. **Aspectos da Teoria Pós-Colonial**. In BONNICI, T. **Pós-colonialismo e literatura: estratégias de leitura**. 2ª. ed. revista e ampliada. Maringá: Eduem, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de los símbolos**. Trad. Manuel Silvar e Arturo Rodríguez. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: A construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:**

princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TACCA, O. O narrador. In: **As vozes do Romance**. Trad. Margarida Coutinho Gouveia. Coimbra: Almedina, 1983.

TREVISAN, Dalton. Apelo. In: BOSI, Alfredo (org.). **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

Submissão: Julho 2019.

Aceite: abril de 2020.